

PREFÁCIO

Gostaria de congratular-me com os jovens juristas brasileiros pelo seu engajamento no estudo do Direito Econômico Internacional e, particularmente, no estudo do Direito do Comércio Internacional. Existe, claramente, uma grande demanda por profissionais de alto calibre treinados nessa matéria, os quais serão muito importantes para a manutenção da prosperidade e paz no mundo, objetivos estes que todos nós podemos apoiar. Algumas colocações adicionais podem ajudar a demonstrar esta necessidade.

Poucas pessoas se surpreendem, hoje em dia, ao ouvir comentários sobre a profunda e crescente extensão da interdependência econômica internacional e suas conseqüências. As causas deste fenômeno são numerosas: avanços incríveis na eficiência das comunicações, reduções extraordinárias nos custos de transporte, crescente predomínio de transações telefônicas e cibernéticas, celebração de tratados e criação de normas que reduzem barreiras governamentais ao comércio, um ambiente econômico mais favorável aos princípios que norteiam as economias de mercado, influências da concorrência transfronteiriça que levaram ao aumento da produtividade e da eficiência dos serviços, e, por fim, mas não menos importante: a benção da relativa paz no mundo.

As manifestações da “globalização” são abundantes: tendências nos mercados de ações que se propagam rapidamente ao redor do mundo; impactos de decisões de governos nacionais sobre políticas monetárias e fiscais; efeitos de fraudes em determinados bancos e instituições financeiras; preocupações sobre saúde e sobre segurança dos produtos que atravessam as fronteiras, tais como alimentos, produtos farmacêuticos, maquinário e aparelhos; efeitos gerados pela má administração de governos nacionais e, por vezes, por corrupção; preocupações sobre o poder de empresas privadas e ONGs e sua capacidade de, em alguns casos, atuar na economia global, ignorando completamente certos regulamentos e políticas governamentais; e a propagação de influências “culturais” envolvendo vários tipos de mídia, muitas vezes movendo-se rapidamente, por meio de novas tecnologias de transmissão de música ou imagens, através de fronteiras (com substanciais implicações econômicas e outros efeitos, como, por exemplo, o de levar parisienses a gostarem de abóboras de *Halloween!*). Um guia das várias conexões e das causas e efeitos dessa multiplicidade de acontecimentos econômicos transforma-se em uma impenetrável teia, comumente de difícil

compreensão em função da falta de orientações claras para auxiliar no seu entendimento.

Quase todos os tipos de regulamentações econômicas que podem ser concebidas por governos nacionais devem hoje levar em consideração as implicações e a concorrência internacionais. Com frequência, funcionários de governos nacionais sentem-se frustrados por conta de sua relativa falta de controle sobre as forças econômicas que afetam profundamente o seu eleitorado e impedem o cumprimento de objetivos políticos e promessas de campanha. Por vezes, governos sentem-se tentados a utilizar seu poder de influência sobre as forças econômicas para beneficiar seus concidadãos em detrimento de outras sociedades (em inglês, um *beggar-thy-neighbor approach*). Em alguns casos, a concorrência entre governos para obter tais benefícios pode resultar em prejuízos ao bem-estar de todos – um fenômeno que sugere uma análise do tipo “dilema do prisioneiro”. Um líder político astuto e experiente disse certa vez: “Toda política é local”. Um outro astuto economista, por outro lado, afirmou: “Toda economia é internacional”. Quando justapostas, estas notáveis declarações refletem alguns dos dilemas com os quais líderes políticos têm que lidar.

Nos últimos anos, particularmente porque a Guerra Fria e a ameaça de um desastre maior parecem ter retrocedido, não tem havido muitos debates sobre a mudança de foco da “geopolítica” para a “geoeconomia” (ou como alguns preferem afirmar, o jogo do “geomonopólio”). A mídia tem começado a redirecionar sua atenção para questões econômicas, com enfoque especial em comércio internacional, iniciativas legislativas relacionadas a comércio, problemas de segurança alimentar, casos da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre bananas, atividades de instituições financeiras como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, e muitos outros assuntos relativos a investimentos, concorrência internacional etc. Pesquisas acadêmicas e estudos sobre políticas governamentais também vêm demonstrando o enfoque crescente nos problemas mencionados acima. No entanto, o observador cuidadoso é surpreendido ao perceber o quanto ainda não sabemos e a quantidade de pesquisas e estudos acadêmicos que parecem apenas repetir o óbvio ou enfatizar a defesa de posições preconcebidas ou defender conclusões sem os dados empíricos com os quais poder-se-ia fazê-las.

Funcionários de governo de alto escalão costumam desacreditar conhecimentos econômicos amplamente aceitos ou fazer declarações sobre normas legais que são enganosas ou absolutamente equivocadas. Parece-me

claro que existe uma grande necessidade e oportunidade para um engajamento reflexivo de acadêmicos em diversas questões sistêmicas e “constitucionais” com relação à nossa economia globalizada.

JOHN H. JACKSON

Professor de Direito da Georgetown University
Law Center, Washington, D.C.

Diretor do Institute of International Economic Law,
Washington, D.C.

Editor-Chefe do *Journal of International Economic Law*,
Oxford University Press.